

Curso Curto 2: Financiamento dos Setores Público e Privado para Adaptação às Mudanças Climáticas

Começar



Mahugnon Serge Djohy

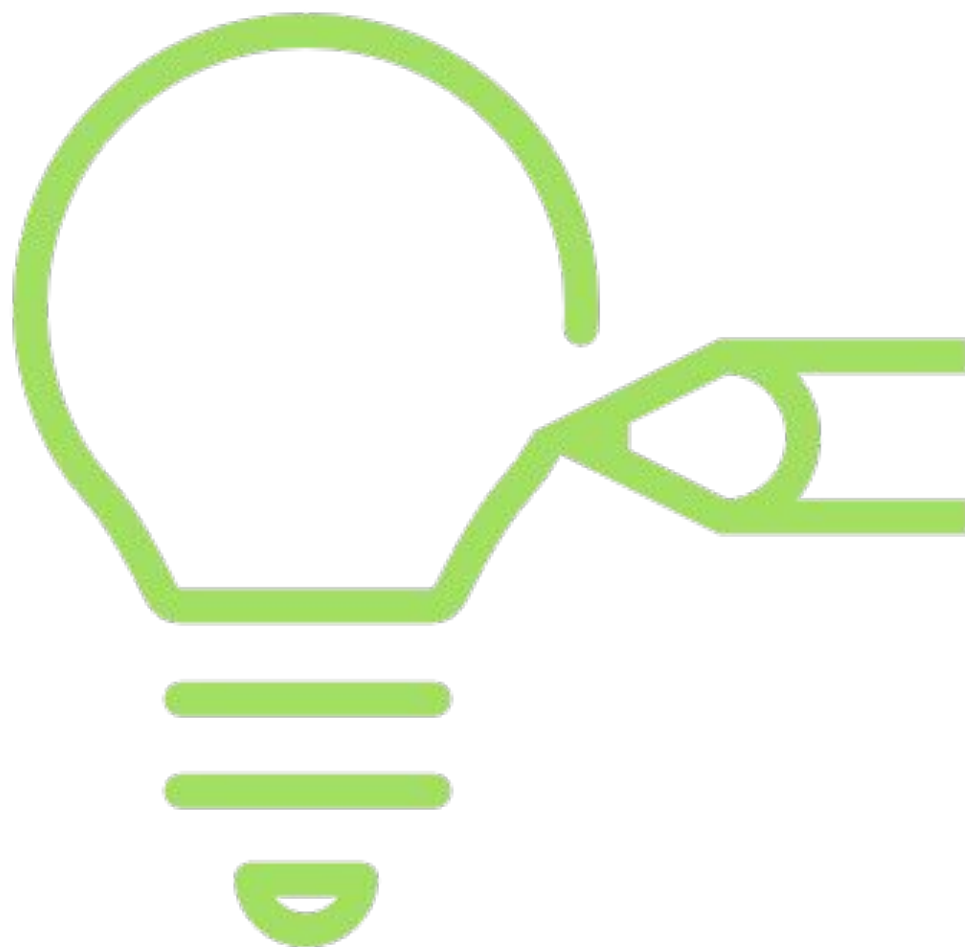
serge.djohy@climateanalytics.org

Porquê?

- **Necessidades crescentes de adaptação:** O financiamento climático internacional é insuficiente para satisfazer as necessidades crescentes de adaptação nos PMA.
- **Concorrência para obter fundos:** Os fundos climáticos internacionais dão frequentemente prioridade aos esforços de atenuação, em detrimento da adaptação.
- **Complexidade no acesso aos fundos:** Os PMA podem enfrentar desafios no acesso ao financiamento climático internacional devido a obstáculos burocráticos, à falta de conhecimentos especializados e à complexidade dos processos de candidatura.
- **Incerteza e imprevisibilidade:** A disponibilidade de financiamento internacional para o clima é incerta e está sujeita a fatores políticos e económicos. Os PMA necessitam de financiamento estável e a longo prazo para planear e aplicar medidas de adaptação eficazes.
- **Desafios para financiar a ação climática local:** Há um reconhecimento crescente da necessidade de localizar a adaptação às alterações climáticas e, ao fazê-lo, alavancar os instrumentos subnacionais de financiamento climático existentes.



Objetivo



Apresentar aos participantes os mecanismos de financiamento inovadores/emergentes necessários para colmatar o déficit de financiamento da adaptação e ajudar os PMA a criar resiliência às mudanças climáticas a nível nacional e subnacional

Curso de curta duração 2 - Financiamento dos sectores público e privado para a adaptação às mudanças climáticas

Sessão 3

Financiamento privado da adaptação



Sessão 4

Mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação



Sessão 1

Integração do financiamento da adaptação climática no orçamento público



Sessão 2

conversões de dívida por adaptação



Sessão 4

Financiamento da ação climática subnacional

Integração do financiamento da adaptação climática nos processos de orçamentação pública





Objetivo de aprendizagem

O objetivo de aprendizagem da integração do financiamento da adaptação climática no orçamento público é dotar os participantes dos conhecimentos, competências e estratégias necessários para integrar eficazmente as considerações relativas à adaptação climática nos sistemas de gestão das finanças públicas nacionais e subnacionais.

Quadro conceptual

O orçamento é um instrumento essencial das políticas públicas. Com efeito, os processos de orçamentação pública referem-se aos procedimentos e práticas sistemáticos que os governos utilizam para planear, atribuir, acompanhar e controlar a utilização dos recursos financeiros. Estes processos são essenciais para garantir que os fundos públicos são utilizados de forma eficiente, eficaz e em conformidade com os objetivos e prioridades políticos.

A orçamentação é uma componente central da gestão das finanças públicas (GFP), e uma GFP eficaz assenta em práticas orçamentais sólidas para garantir que os recursos públicos são utilizados de forma eficiente, transparente e em conformidade com os objectivos políticos.

► **Gestão das finanças públicas (GFP)** refere-se à recolha, gestão e despesa das finanças públicas em toda uma economia. O objetivo da GFP é melhorar a vida dos cidadãos através de uma melhor gestão dos dinheiros públicos.

► **Gestão das finanças públicas sensível ao clima (GFPSC)** refere-se à integração das considerações relativas às alterações climáticas na gestão das finanças públicas. Esta abordagem assegura que as políticas orçamentais, os processos orçamentais e as práticas de gestão financeira tenham em conta os riscos e as oportunidades decorrentes das alterações climáticas.



Os benefícios de uma gestão das finanças públicas sensível ao clima

01



Reforço da resiliência: Reforço da capacidade das finanças públicas para absorver e recuperar de choques relacionados com o clima

Maior eficiência: Garantir que os fundos públicos são utilizados eficazmente para enfrentar os desafios climáticos, reduzir o desperdício e maximizar o impacto



02

03



Melhor planificação: Facilitar a planificação a longo prazo e as decisões de investimento que tenham em conta os cenários climáticos futuros.

Transparência e responsabilização: Melhorar o acompanhamento e a comunicação das despesas relacionadas com o clima, conduzindo a uma maior responsabilização e confiança do público.



04

Integrar o financiamento da adaptação às mudanças climáticas no orçamento público

- 1) Implica a integração sistemática de considerações relativas à adaptação às mudanças climáticas em todo o ciclo de gestão das finanças públicas.

- 2) Assegurar que as despesas, os investimentos e as políticas financeiras do governo respondam efetivamente aos desafios colocados pelas mudanças climáticas.

- 3) Implica uma integração das considerações climáticas na planificação financeira, na afetação de recursos e na gestão das despesas.

- 4) Isto garante que os recursos são atribuídos de forma eficaz para atenuar os impactos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência das comunidades e dos ecossistemas.

Pontos de entrada para a integração da adaptação às mudanças climáticas nos processos orçamentais

Fase de
atribuição de
recursos do
ciclo político

- Incorporar as prioridades relacionadas com a adaptação nos procedimentos de atribuição de recursos
- Reafecção do financiamento a sectores e regiões vulneráveis e/ou prioritários
- Integração da adaptação através da criação de um “fundo de adaptação” horizontal disponível para os departamentos e agências sectoriais
- Acrescentar as considerações relativas às alterações climáticas aos critérios utilizados para a triagem e seleção de projetos e investimentos, incluindo a RRC relacionada com o clima

Preparação da
fase circular do
orçamento

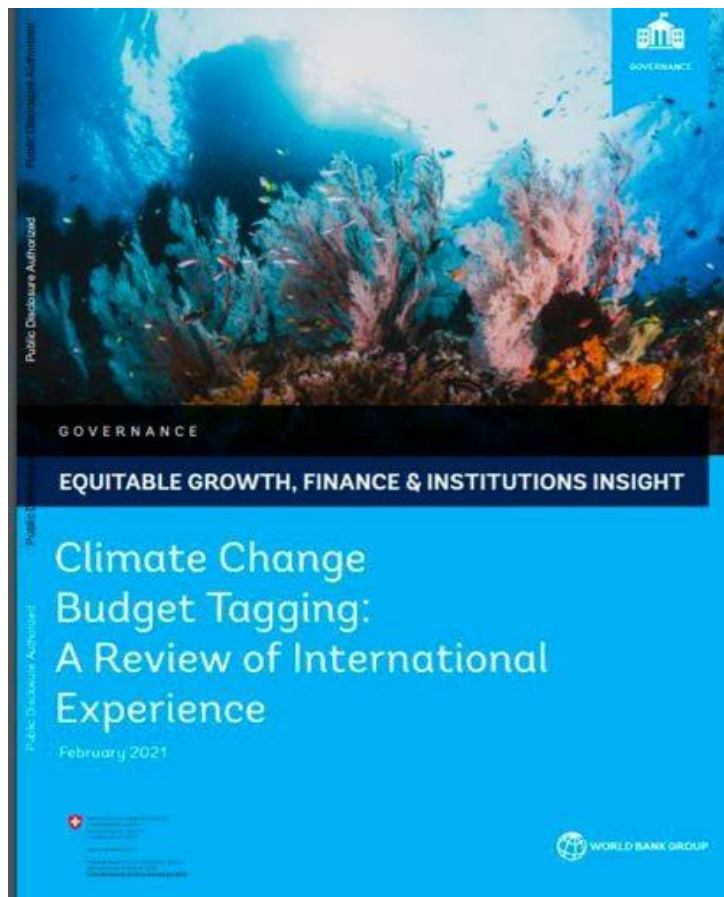
- Análise dos programas e projetos sectoriais quanto aos riscos climáticos e outras considerações relacionadas com o clima
- Cálculo dos custos das políticas e medidas relacionadas com a adaptação

Fase de
atribuição dos
recursos
sectoriais

- Incluir considerações sobre as mudanças climáticas na análise e seleção de projetos e investimentos específicos
- Atribuir orçamento para respostas às mudanças climáticas identificadas no contexto de planos intersectoriais ou solicitar recursos de um fundo “horizontal” para as implementar.

Ferramentas para integrar a adaptação climática e a CSPFM no processo orçamental

- **Marcação orçamental para o clima (MOC - CBT)**



- ❖ A MOC é uma ferramenta para monitorizar e acompanhar as despesas relacionadas com o clima no sistema orçamental nacional. Fornece dados abrangentes sobre as despesas relevantes para o clima, permitindo aos governos tomar decisões informadas e dar prioridade aos investimentos no clima.
- ❖ A MOC permite o escrutínio público das despesas do governo e dos doadores na luta contra as mudanças climáticas e reforça a responsabilização e a transparência.
- ❖ A marcação orçamental para o clima é um processo liderado pelo governo de identificação, medição e monitorização das despesas públicas relevantes para o clima.

Evolução marcação orçamental para o clima 2011-2021

Country	CPEIR (ano)	Marcação assistida por/pela	Exercícios orçamentais Marcação aplicada	Aplicação
Nepal	2011	PNUD	2013-presente	Orçamento
Camboja	2012	PNUD	2013-presente	Revisão
Indonésia	2012	OMM	2014-presente	Orçamento
Filipinas	2013	OMM	2015-presente	Orçamento
Equador	2017	PNUD	2016-presente	Orçamento
Gana	2015	PNUD	2016-presente	Orçamento
Moldova	2017	PNUD	Ainda não aplicado	Orçamento
Colômbia	2018	WRI	2017	Revisão
Etiópia	2014	OMM	2017	Revisão
Honduras	2016	PNUD. GEF	2017-presente	Orçamento
Nicarágua	2015		2017-presente	Orçamento
Paquistão	2015 e 2017	PNUD	2017-presente	Orçamento
Quênia	2016	PNUD/PNUA	2017-presente	Orçamento
Bangladesh	2012	PNUD	2018-presente	Orçamento
Irlanda			2019-presente	Orçamento
Uganda	2013	OMM	2019-presente	Orçamento
Odisha (Índia)			2020	Orçamento
França			2021	Orçamento
México			2021	Orçamento

Fonte : WBG, 2021

Avaliação da gestão do investimento público no domínio do clima (C-AGIP / C-PIMA)



C1. Planificação sensível ao clima



C2. Coordenação entre entidades



C3. Apreciação e seleção de projetos



C4. Orçamentação e gestão de carteiras

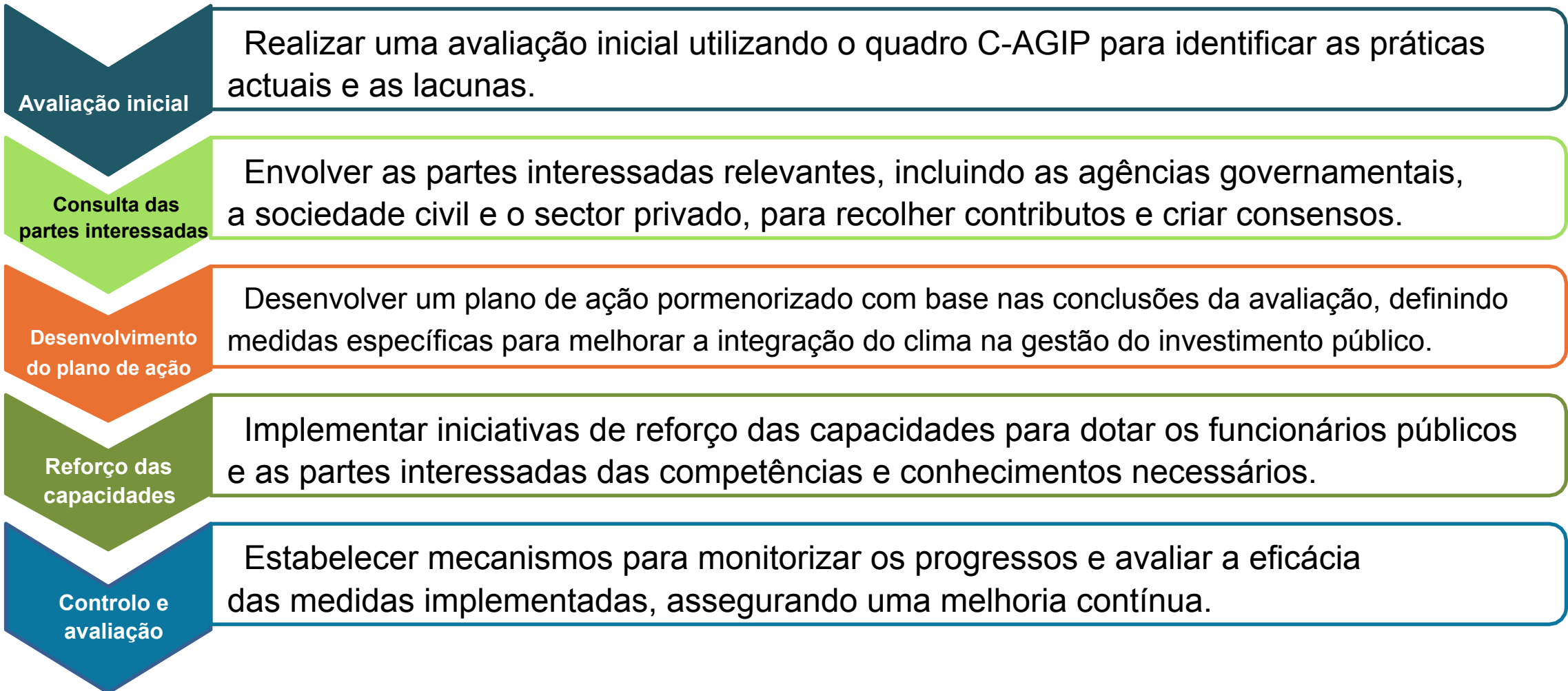


C5. Gestão dos riscos

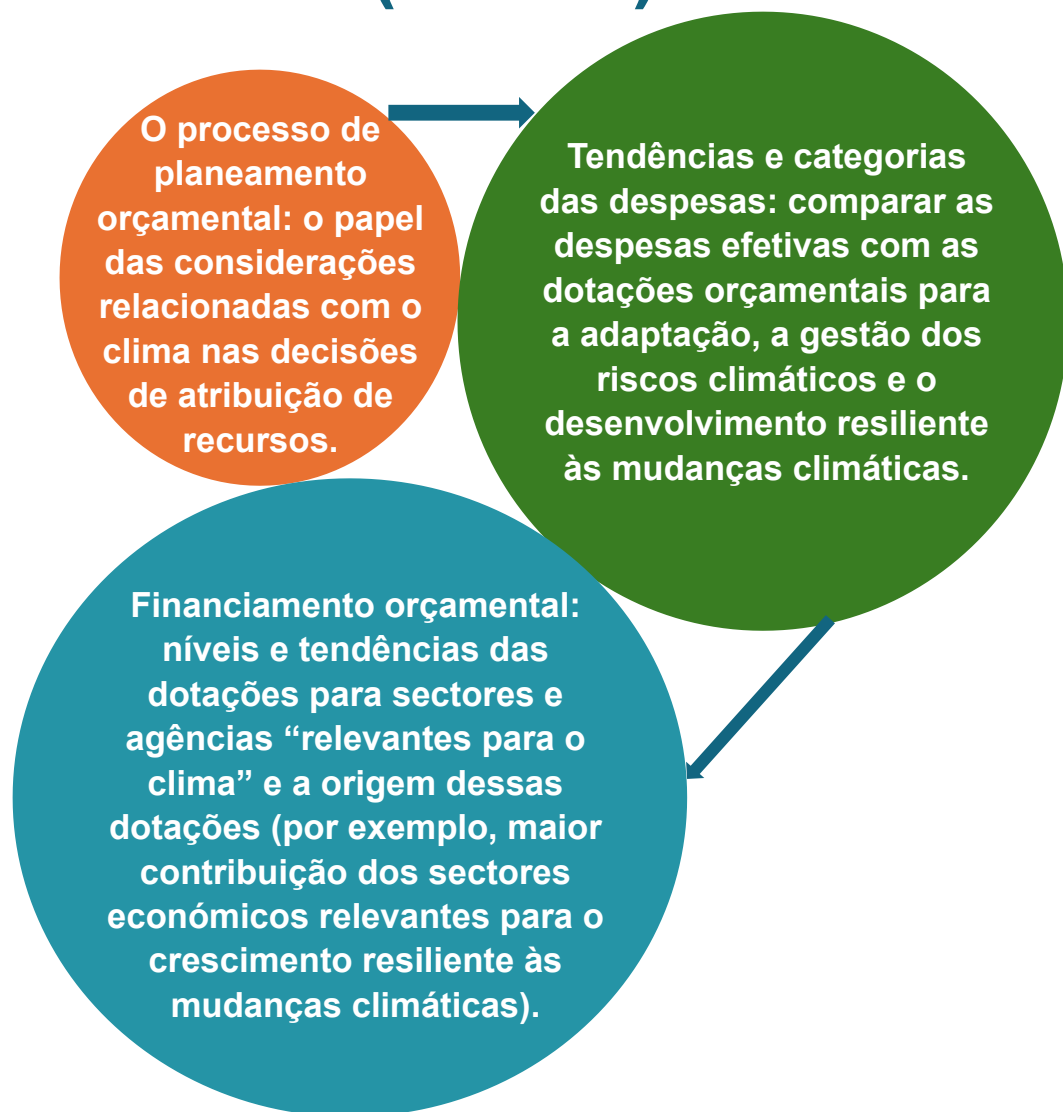
Fonte: FMI, 2022

- ❖ A ferramenta de Avaliação da Gestão do Investimento Público no Clima (C-AGIP) foi concebida para ajudar os países a avaliar e melhorar a sua capacidade de integrar considerações de resiliência e adaptação ao clima na gestão do investimento público.
- ❖ Esta ferramenta, desenvolvida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros parceiros, fornece um quadro sistemático para avaliar até que ponto os riscos e oportunidades climáticos estão a ser incorporados na planificação, atribuição e execução de investimentos públicos.

Etapas de implementação do C-AGIP



Análises das despesas públicas ambientais (ADPA)



- ❖ A ferramenta ADPA pode ser utilizada para integrar a adaptação às mudanças climáticas no processo orçamental através da análise da forma como os recursos orçamentais são planeados e gastos em função de reivindicações e prioridades concorrentes.
- ❖ A ADPA fornece uma análise exaustiva das despesas públicas relacionadas com questões ambientais e climáticas e, ao fazê-lo, identifica lacunas, ineficiências e áreas a melhorar.
- ❖ O instrumento fornece informações valiosas aos decisores políticos para tomarem decisões informadas e darem prioridade aos investimentos que apoiam a adaptação climática.

Tornar os sistemas e as instituições preparados para o financiamento do clima

Planificação financeira

Avaliar as necessidades e prioridades e identificar os obstáculos ao investimento
Identificar a combinação de políticas e as fontes de financiamento

Acesso ao financiamento

Múltiplos canais de acesso
Misturar e combinar financiamentos
Formular abordagens a nível do projeto, do programa e do sector para aceder ao financiamento

Execução das finanças

Implementar e executar projetos e programas,
Assegurar processos de aquisição eficazes
Criar uma oferta local de conhecimentos e competências
Coordenar a execução

Monitorizar, reportar e verificar (MRV)

Monitorizar, reportar e verificar os fluxos de resultados e o financiamento de Pagamentos e incentivos baseados no desempenho.

Desafios à integração da adaptação climática nos processos orçamentais

Dados e capacidade

Falta de dados climáticos fiáveis e capacidade insuficiente das instituições de gestão das finanças públicas para integrar as considerações climáticas.

Vontade política

Garantir o compromisso dos líderes políticos e das partes interessadas de dar prioridade e investir na GFPSC.

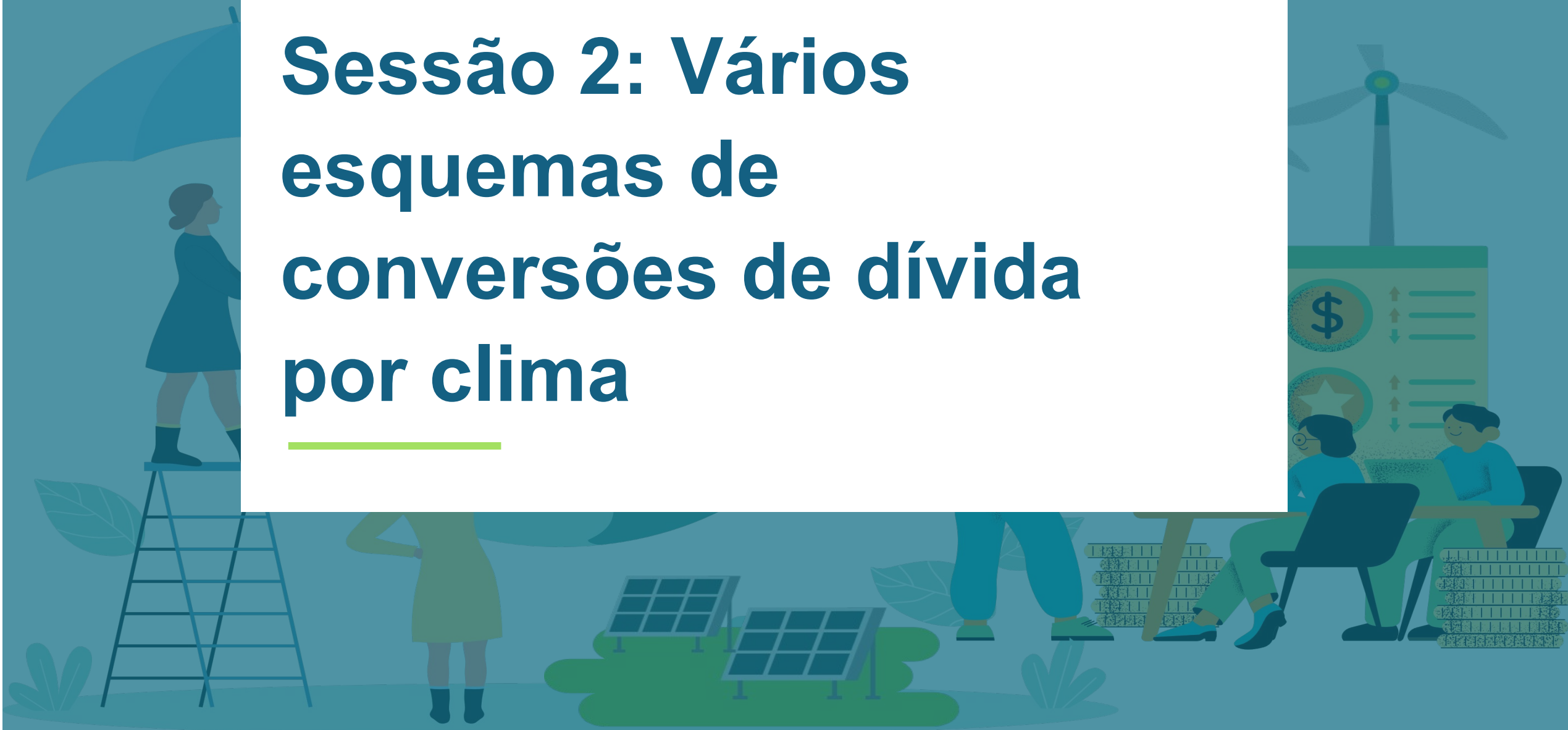
Coordenação

Assegurar a coordenação entre os vários departamentos e agências governamentais envolvidos na ação climática e na gestão financeira.

Estudos de casos

Contexto		Implementação	Resultados
Etiópia	Sendo um país propenso à seca, a Etiópia implementou o CBT para gerir os seus esforços de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação.	▪ A estratégia da Economia Verde Resiliente às Mudanças Climáticas (ERRC) integra a TBC. ▪ Forte compromisso do governo com rubricas orçamentais dedicadas a ações climáticas. ▪ Colaboração entre vários ministérios para uma marcação orçamental abrangente.	▪ Canalização eficaz de fundos para projetos de resiliência e mitigação da seca. Melhor integração das considerações climáticas nos planos de desenvolvimento nacional. Maior capacidade de atrair financiamento climático internacional.
Uganda	Os diversos ecossistemas do Uganda estão ameaçados pelas mudanças climáticas, o que torna necessário de um acompanhamento financeiro eficaz.	▪ Os projetos-piloto para o CBT começaram em 2015 com o apoio da Mudança Climática. - Formação para técnicos do orçamento e ministérios sectoriais. - Inclusão do CBT no software de orçamentação nacional.	▪ Afetação mais precisa dos recursos às zonas vulneráveis. ▪ Maior participação das partes interessadas no processo da planificação orçamental. ▪ Comunicação exaustiva dos fluxos de financiamento da luta contra as mudanças climáticas.
Bangladesh	O Bangladesh enfrenta riscos significativos decorrentes da subida do nível do mar e de fenómenos meteorológicos extremos. O CBT é um instrumento fundamental para gerir eficazmente o financiamento da luta contra as mudanças climáticas.	▪ Desde 2014, o Ministério das Finanças incorporou a CBT no seu processo de orçamentação. - Marcação detalhada em sectores-chave como a agricultura, os recursos hídricos e a gestão de catástrofes. - Assistência de agências internacionais, como o PNUD, para o reforço das capacidades.	▪ Melhor alinhamento dos recursos financeiros com as estratégias nacionais em matéria de clima. ▪ Mecanismos melhorados de acompanhamento das despesas relacionadas com o clima. ▪ Reconhecimento da comunidade internacional pela gestão inovadora do financiamento do clima.
Nepal	O Nepal, altamente vulnerável às mudanças climáticas devido à sua geografia, integrou a TBC no seu processo orçamental para garantir uma utilização eficiente dos recursos.	▪ O Governo do Nepal adotou o Quadro de Financiamento das Mudanças Climáticas (CCFF) em 2012. ▪ As despesas relacionadas com o clima são marcadas em diferentes sectores, permitindo o acompanhamento do financiamento climático. ▪ Formação extensiva para funcionários do governo sobre os processos de CBT.	▪ Melhoria da definição de prioridades dos projetos relacionados com o clima. ▪ Maior responsabilização e transparência no financiamento do clima. ▪ Elaboração de políticas informadas através de relatórios de despesas pormenorizados.
Camboja	O Camboja é altamente vulnerável aos impactos climáticos, em particular às inundações e às mudanças nos padrões de precipitação. O CBT ajuda a acompanhar e a utilizar eficazmente os fundos climáticos.	▪ O Ministério da Economia e das Finanças adotou a CBT como parte do orçamento nacional. ▪ Formação extensiva para o pessoal do governo sobre os princípios e práticas da CBT. ▪ Colaboração com doadores internacionais para apoio técnico e financeiro.	▪ Melhoria da eficiência na utilização dos fundos climáticos. ▪ Aumento da capacidade dos funcionários públicos na gestão do financiamento climático. ▪ Reforço das parcerias com os mecanismos internacionais de financiamento climático.

Sessão 2: Vários esquemas de conversões de dívida por clima

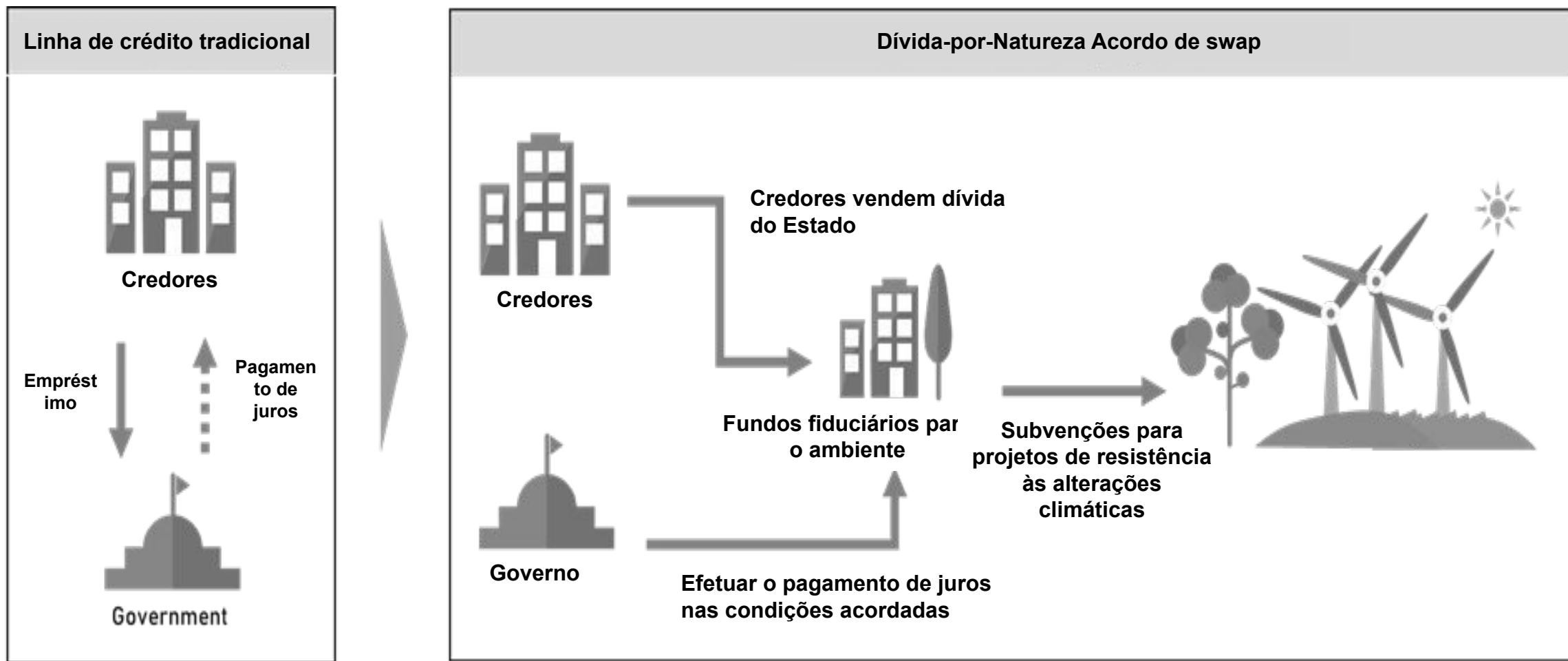


Objetivo de aprendizagem

O objetivo de aprendizagem desta sessão, acerca dos regimes de swaps da dívida para com o clima visa dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para compreender, conceber, negociar, implementar e monitorizar eficazmente os acordos de swaps de dívida para adaptação.

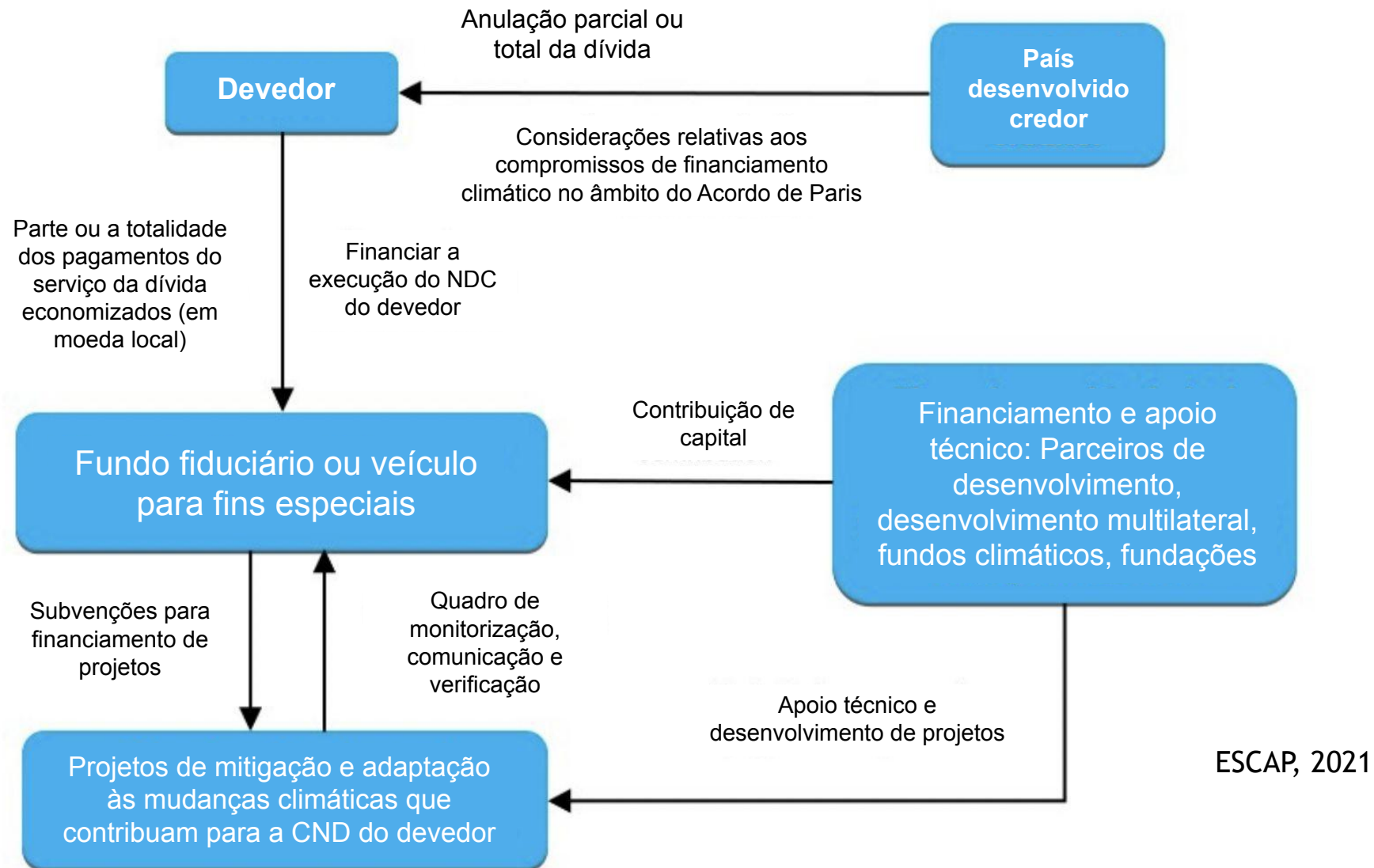


Mecanismo de dívida tradicional versus acordo de conversão de dívida por natureza



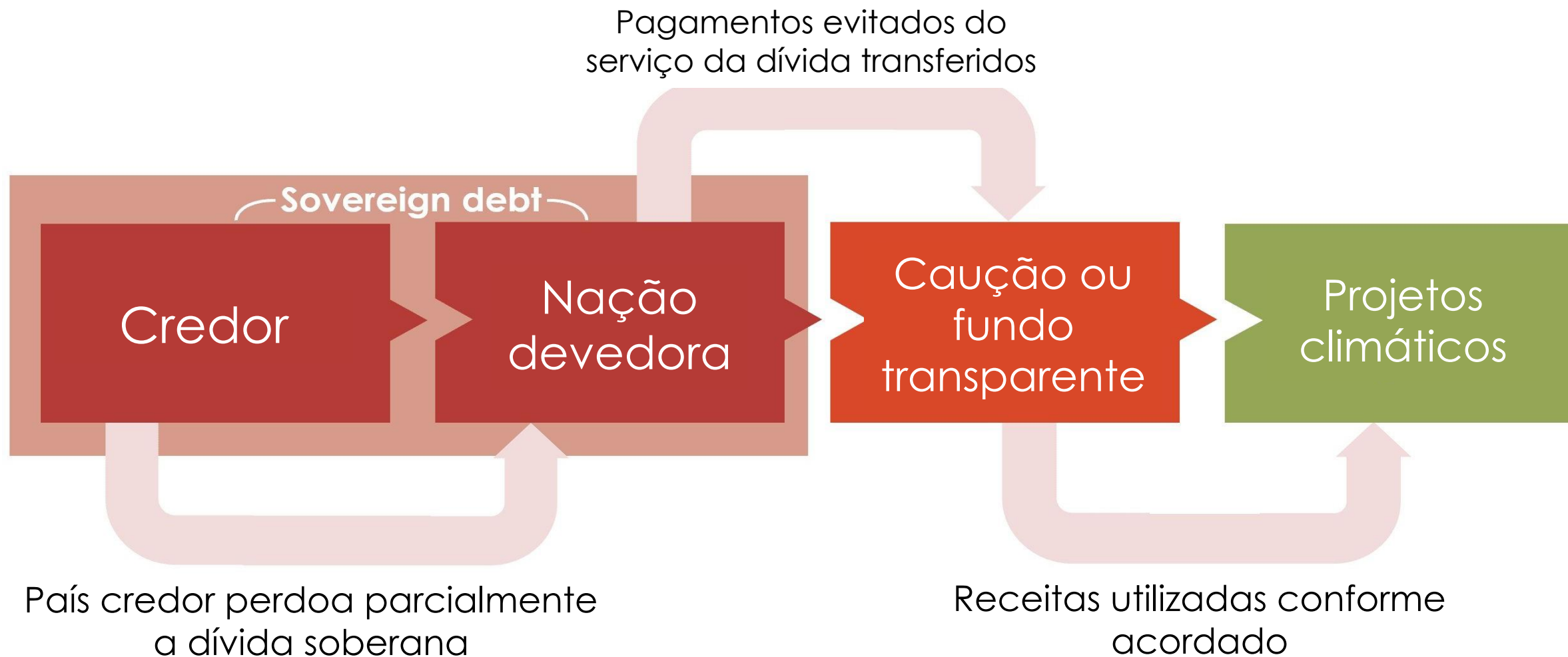
Uma ilustração da troca de dívida por natureza, com base no IIGF Green BRI Center 2021

As conversões de DPC e o Acordo de Paris



ESCAP, 2021

Dívida-por-Clima (DPC): Como funciona?



Processo “dívida por clima” (DPC)

Resultados da dívida para adaptação (DPA)



Estudos de casos



Seychelles (2018)

As Seychelles são o primeiro país a efetuar uma troca de dívida por natureza para incentivar a conservação marinha. O acordo permitiu às Seychelles trocar 21,6 milhões de dólares de dívida pela criação de duas grandes reservas marinhas, ajudando o país a atingir o seu objetivo de 30% de proteção marinha. Este é um exemplo de uma conversão da dívida em favor da natureza, em que a dívida foi vendida a uma taxa reduzida e diferentes organizações contribuíram para financiar projectos de conservação e adaptação às mudanças climáticas. O empréstimo a juros baixos da The Nature Conservancy, no valor de 15,2 milhões de dólares, mobilizou 5 milhões de dólares em subvenções de fundações filantrópicas para comprar a dívida pendente em nome das Seychelles. As poupanças estimadas para as Seicheles foram de cerca de 2 milhões de USD por ano, devido à redução dos encargos com o serviço da dívida.



Belize (2021)

Uma conversão da dívida em favor da natureza envolvendo o governo do Belize, a The Nature Conservancy (TNC), a Corporação de Financiamento do Desenvolvimento dos EUA, credores comerciais e outros parceiros teve lugar em 2021. Uma subsidiária da TNC emprestou fundos ao Belize para recomprar uma obrigação soberana com um valor nominal de 533 milhões de dólares (cerca de 30% do PIB do Belize) a uma taxa de desconto de 55 centavos por dólar americano. Esta operação foi financiada através da emissão de 364 milhões de dólares em obrigações azuis. A Corporação de Financiamento do Desenvolvimento dos EUA forneceu um seguro de risco político para reduzir o risco de crédito e o custo das obrigações azuis. Este facto permitiu que o empréstimo tivesse uma taxa de juro baixa, um período de carência de 10 anos durante o qual o capital não é pago e uma maturidade longa de 19 anos.

Desafios aos swaps DFC

Gerir estas dívidas e, ao mesmo tempo, investir em projectos de adaptação pode ser um desafio significativo.

Assegurar a existência das estruturas jurídicas necessárias pode ser um desafio e um processo

É fundamental garantir a transparência e evitar a corrupção na seleção e execução dos projectos.

Sessão 3:

Financiamento privado da adaptação



Objetivo de aprendizagem

O objetivo de aprendizagem do Financiamento Privado da Adaptação é dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para mobilizar e gerir eficazmente o financiamento do sector privado para projetos de adaptação às mudanças climáticas.

Apresenta os fundamentos e motivos do envolvimento do sector privado na adaptação, os desafios ao Financiamento Privado da Adaptação, as opções para alavancar o investimento do sector privado na adaptação e também alguns estudos de caso.



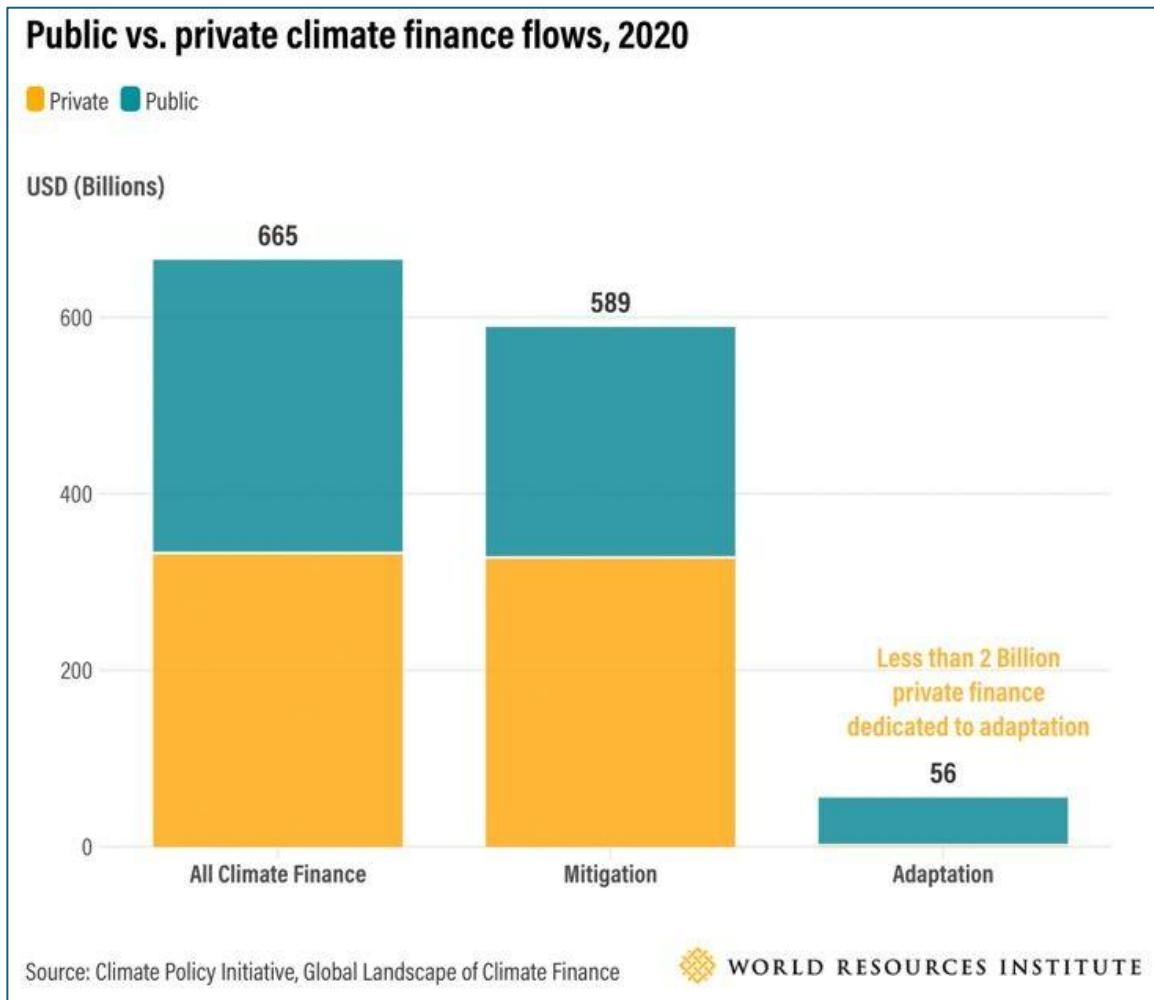
Financiamento público versus financiamento privado

Base	Financiamento	Financiamento privado
Significado	Despesas e receitas do Estado.	Despesas e rendimentos dos particulares e das empresas.
Natureza do orçamento	O governo cria défices, as despesas excedem as receitas.	Normalmente, o orçamento é excedentário, ou seja, as receitas excedem as despesas.
Objetivo	Incentivar o bem-estar social e proporcionar benefícios públicos	Aumentar o lucro das entidades e dos investidores.
Elasticidade do financiamento	Mais elástico, uma vez que tem margem para alterações significativas.	Menos elástico do que as finanças públicas, uma vez que não há muita margem para alterações.
Transação financeira	Na melhor das hipóteses, aberto e conhecido por todos.	As transacções financeiras são mantidas em segredo.
Fontes de receitas	O governo tem capacidade para imprimir dinheiro e aumentar as receitas	As entidades privadas têm fontes limitadas de geração de receitas.
Determinação das despesas	O governo determina as despesas e a criação de rendimentos	Um particular avalia primeiro o seu rendimento antes de decidir quanto dinheiro precisa de gastar.
Efeito na Economia	Tem um impacto significativo no sistema económico global.	O financiamento privado tem um impacto reduzido ou insignificante no sistema económico global.

Financiamento privado da adaptação: Os desafios

Muitos factores explicam o baixo nível de investimento privado na adaptação às mudanças climáticas.

- ❖ A percepção de que não há dinheiro a ganhar com o financiamento de actividades de adaptação às mudanças climáticas
- ❖ As assimetrias de informação e as lacunas de conhecimento
- ❖ O horizonte de investimento e a dimensão dos projectos de adaptação



Motivos do envolvimento do sector privado na adaptação

O investimento do sector privado pode conter benefícios em termos de adaptação e atenuação, mas o seu principal objetivo é a obtenção de lucros. De acordo com este objetivo, as empresas privadas podem investir na adaptação por três razões principais:

para enfrentar os potenciais impactos climáticos nas suas actividades

participar num mercado emergente de novos produtos e serviços

abordar a adaptação como parte da sua “responsabilidade social das empresas”

Potenciar o investimento do sector privado na adaptação

Incentivos políticos

Tarifas de alimentação
Certificados negociáveis
Incentivos fiscais
Subsídios à energia limpa

Gestão do risco

Garantias
Apólices de seguros
Instrumentos baseados em contratos

Subvenções

Transferências de dinheiro
Apoio em géneros

Dívida de baixo custo para projetos

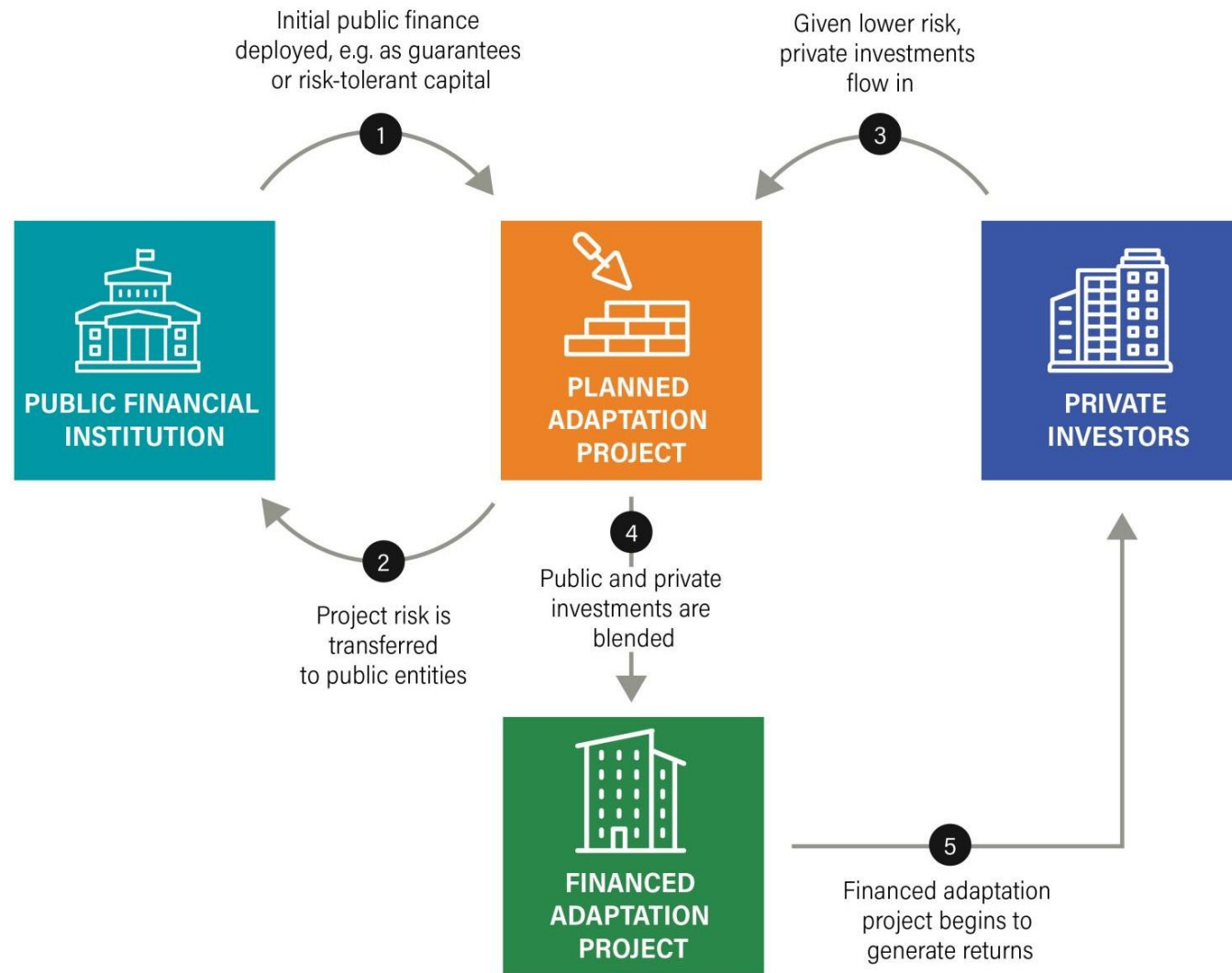
Empréstimos concessionais

Instrumentos de capital em condições comerciais

Dívida a taxa de mercado ao nível do projeto
Capital próprio ao nível do projeto
Financiamento do balanço

Instrumentos de financiamento do clima para mobilizar o investimento do sector privado

Redução do risco das oportunidades de adaptação para os investidores privados



Formas de envolver o capital privado no financiamento da adaptação

Exemplos de conversões de dívida por carbono

Estudos de caso	Visão geral	Solução	Impacto
Oxfam e Global Parametrics em Etiópia	A Oxfam estabeleceu uma parceria com a Global Parametrics, uma empresa especializada em financiamento de riscos climáticos, para fornecer seguros de índices climáticos a pequenos agricultores na Etiópia.	A Global Parametrics desenvolveu um produto de seguro de índice meteorológico que acciona os pagamentos com base em índices meteorológicos específicos. A Oxfam ajudou a facilitar a adoção deste seguro entre os agricultores, fornecendo formação e apoio.	Proporcionou uma rede de segurança que permitiu aos agricultores recuperar mais rapidamente de fenómenos climáticos adversos e incentivou o investimento em práticas agrícolas resistentes
BIMA e Mobile Health Insurance no Gana	A BIMA lançou um produto de microsseguro para ajudar as populações de baixos rendimentos a aceder a serviços de saúde, aumentando assim a resiliência aos impactos climáticos na saúde.	A BIMA ofereceu apólices de seguro de saúde a preços acessíveis através de telemóveis, permitindo um acesso e pagamento fáceis através de dinheiro móvel. O seguro cobre visitas ao hospital, cirurgias e fornece serviços de telemedicina.	Aumento do acesso aos cuidados de saúde para as populações vulneráveis, melhoria da resposta aos riscos de saúde relacionados com o clima. Aumento da base de clientes, demonstrando a viabilidade de modelos de seguros baseados em telemóveis nos PMA.
Fundo Africano para a Agricultura e Serviços de Apoio às Explorações Agrícolas em Moçambique	Um fundo de capitais privados investiu em serviços de apoio à agricultura em Moçambique para aumentar a resiliência climática dos pequenos agricultores.	Investimento no fornecimento de factores de produção, formação e acesso ao mercado para os agricultores; introdução de práticas agrícolas inteligentes em termos de clima, culturas resistentes à seca e melhores técnicas de irrigação.	Melhoria da produtividade dos agricultores e da resiliência climática. Gerou retornos para a AAF, mostrando que o investimento privado na adaptação climática pode ser rentável.
Zambian Breweries e Water Stewardship na Zâmbia	A Zambian Breweries implementou iniciativas de gestão da água para garantir recursos hídricos para as suas operações e comunidades circundantes.	A Zambian Breweries investiu em projectos de conservação da água, incluindo a restauração de zonas húmidas, a recolha de águas pluviais e programas de educação comunitária sobre gestão da água.	Garantiu um abastecimento de água sustentável para a fábrica de cerveja e melhorou a disponibilidade de água para as comunidades locais.
Eletricidade fora da rede (Zola Electric) na Tanzânia	A Zola Electric fornece soluções de energia solar fora da rede e expandiu as suas operações na Tanzânia para aumentar o acesso à energia e apoiar a adaptação às mudanças climáticas.	A Zola Electric ofereceu sistemas de energia solar a preços acessíveis, numa base de pagamento por utilização, permitindo que as famílias e as empresas tivessem acesso a eletricidade limpa e fiável. Este modelo também inclui serviços de manutenção e apoio ao cliente.	O acesso à energia solar reduziu a dependência de fontes de energia poluentes e vulneráveis ao clima. A empresa conseguiu uma penetração no mercado e demonstrou a viabilidade de soluções de energia limpa e expansíveis nos PMA.

Sessão 4: Mecanismos do mercado de carbono para financiamento da adaptação



Objetivo de aprendizagem

O objetivo de aprendizagem desta sessão gira em torno da compreensão de como os mecanismos de mercado podem apoiar os esforços de adaptação em resposta aos impactos das mudanças climáticas. No final da sessão, os participantes terão uma maior compreensão dos mercados de carbono, saberão como os mecanismos do mercado de carbono podem contribuir para o financiamento da adaptação e compreenderão as implicações políticas da utilização de mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação, incluindo considerações relacionadas com a equidade, transparência e governação.



Enquadramento conceptual (1)

- Os mecanismos do mercado de carbono, também conhecidos como mecanismos de comércio de emissões, são sistemas regulamentares e instrumentos financeiros concebidos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa

Funcionam através da criação de um mercado para o comércio de licenças ou créditos de emissão, proporcionando incentivos económicos às empresas e aos governos para limitarem as suas emissões de carbono.

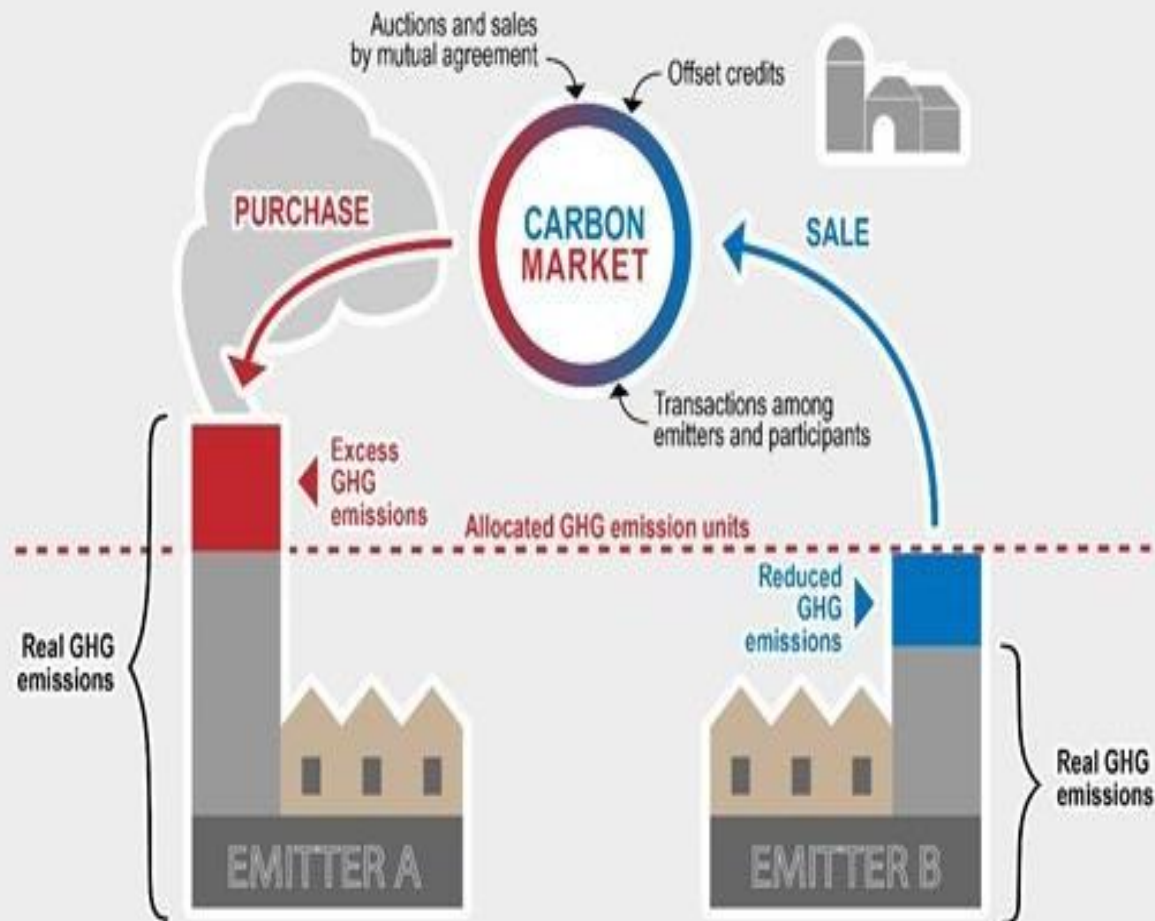
Enquadramento conceptual (2)

A compensação de carbono é uma redução ou eliminação de emissões de dióxido de carbono ou de outros gases com efeito de estufa efectuada para compensar as emissões efectuadas noutra local.

Os créditos de carbono são autorizações que permitem ao proprietário emitir uma determinada quantidade de dióxido de carbono ou outros gases com efeito de estufa.

A fixação do preço do carbono é um instrumento que capta os custos externos das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) - os custos das emissões que o público paga (por exemplo, danos nas colheitas, custos dos cuidados de saúde devido a vagas de calor e secas, e perda de propriedades devido a inundações e à subida do nível do mar) - e os associa às suas fontes através de um preço, normalmente sob a forma de um preço sobre o dióxido de carbono (CO₂) emitido.

Como funciona o mercado do carbono?

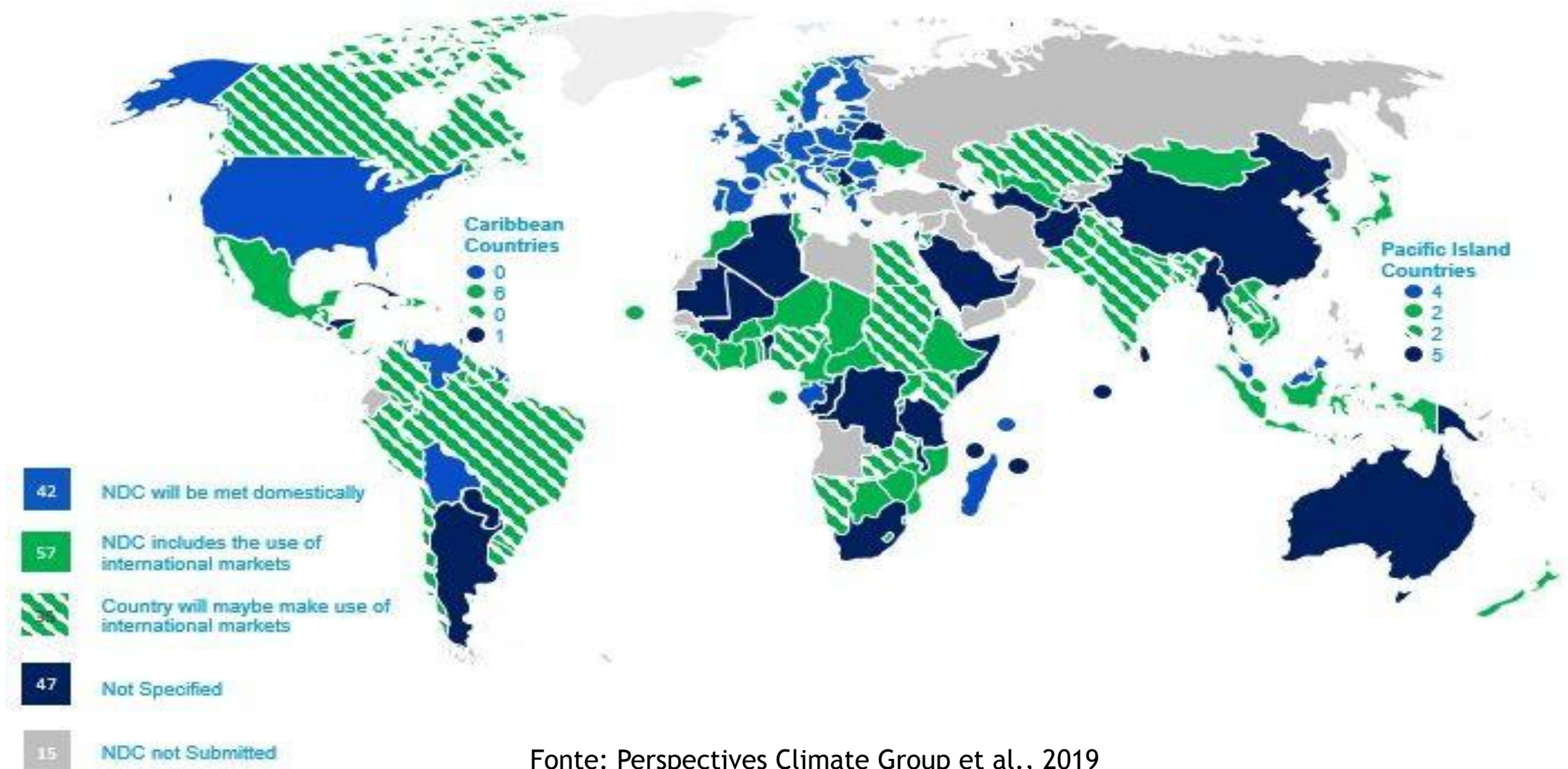


De um modo geral, um mercado de carbono funciona da seguinte forma:

- Estabelecer um limite máximo
- Atribuição de licenças de emissão de carbono
- Comércio de licenças de emissão de carbono
- Cumprimento e sanções
- Compensações de carbono
- Verificação e monitorização
- Mercados voluntários vs. obrigatórios

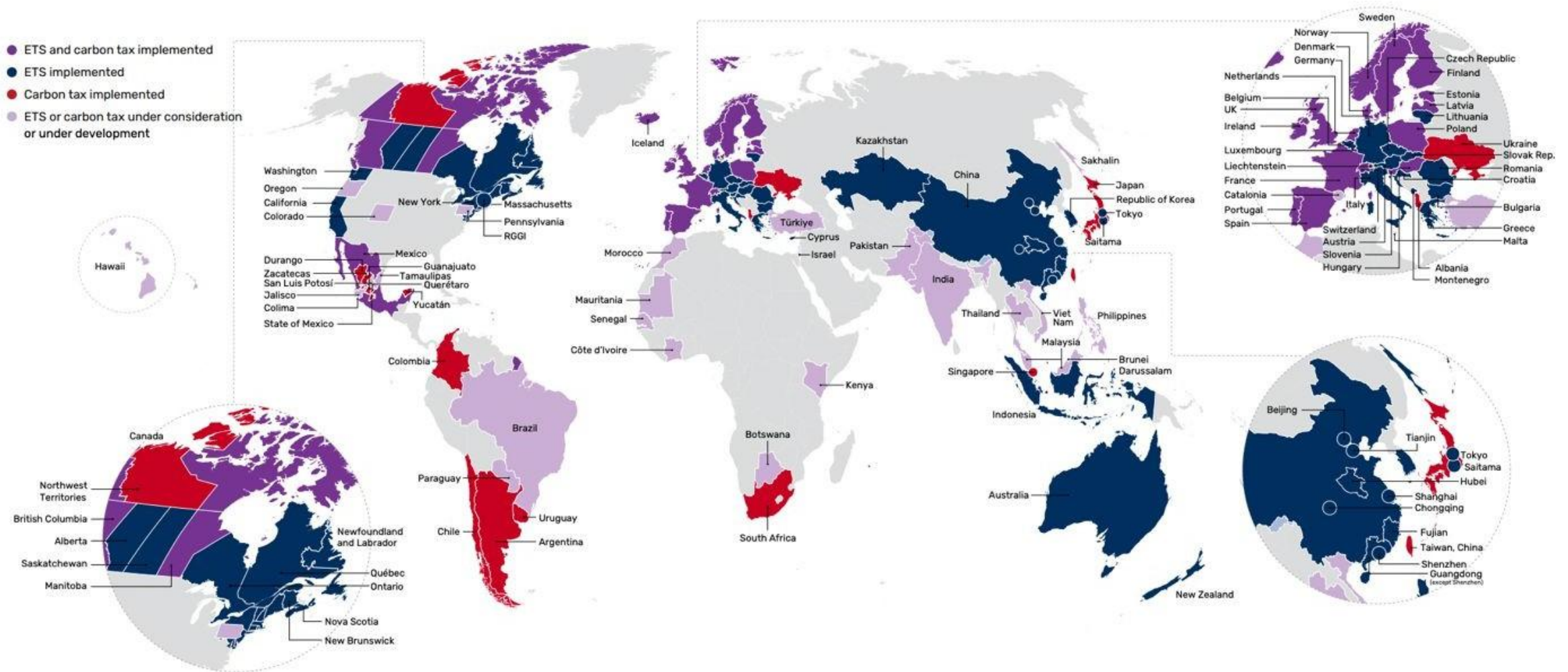
Situação e tendências dos mercados de carbono

CDN e referência à utilização de mecanismos do mercado do carbono (2019)



Fonte: Perspectives Climate Group et al., 2019

Mapa dos Impostos sobre o Carbono e dos ETS em 2024



Fonte: WBG, 2024

Mecanismos do mercado do carbono para o financiamento da adaptação

Projetos de compensação de carbono

Incluem actividades que beneficiam simultaneamente a adaptação, como a florestação e a reflorestação, a utilização de energias renováveis e práticas sustentáveis de utilização dos solos. As receitas geradas por estes projectos podem ser utilizadas para medidas de adaptação nos países de acolhimento. Os programas de compensação permitem que as entidades obtenham compensações de carbono investindo em projectos que sequestram ou reduzem as emissões de carbono. Estas compensações podem ser utilizadas para compensar as emissões noutros locais, como nas operações da própria empresa. Os programas de compensação permitem que as entidades obtenham compensações de carbono investindo em projectos que sequestram ou reduzem as emissões de carbono. Estas compensações podem ser utilizadas para compensar as emissões noutros locais, por exemplo, nas operações da própria empresa.

Abordagens setoriais

Os mecanismos sectoriais do mercado do carbono, como os que se destinam a reduzir as emissões nos sectores da aviação e do transporte marítimo, podem gerar receitas que podem ser utilizadas para responder às necessidades de adaptação nos transportes e nas zonas costeiras, respetivamente

Projetos de co-benefício

Os projetos do mercado do carbono que visam reduzir as emissões também podem ter benefícios conexos para a adaptação. Por exemplo, um projeto de energias renováveis pode melhorar o acesso à energia numa comunidade vulnerável, aumentando a sua resiliência aos impactos climáticos. Estes co-benefícios podem

Desafios na implementação de mecanismos de mercado nos PMA

Falta de infraestruturas

Falta de capacidade técnica

Recursos financeiros

Quadros regulamentares e capacidade institucional

Dimensão e liquidez do mercado

Sessão 5: Financiamento subnacional climático

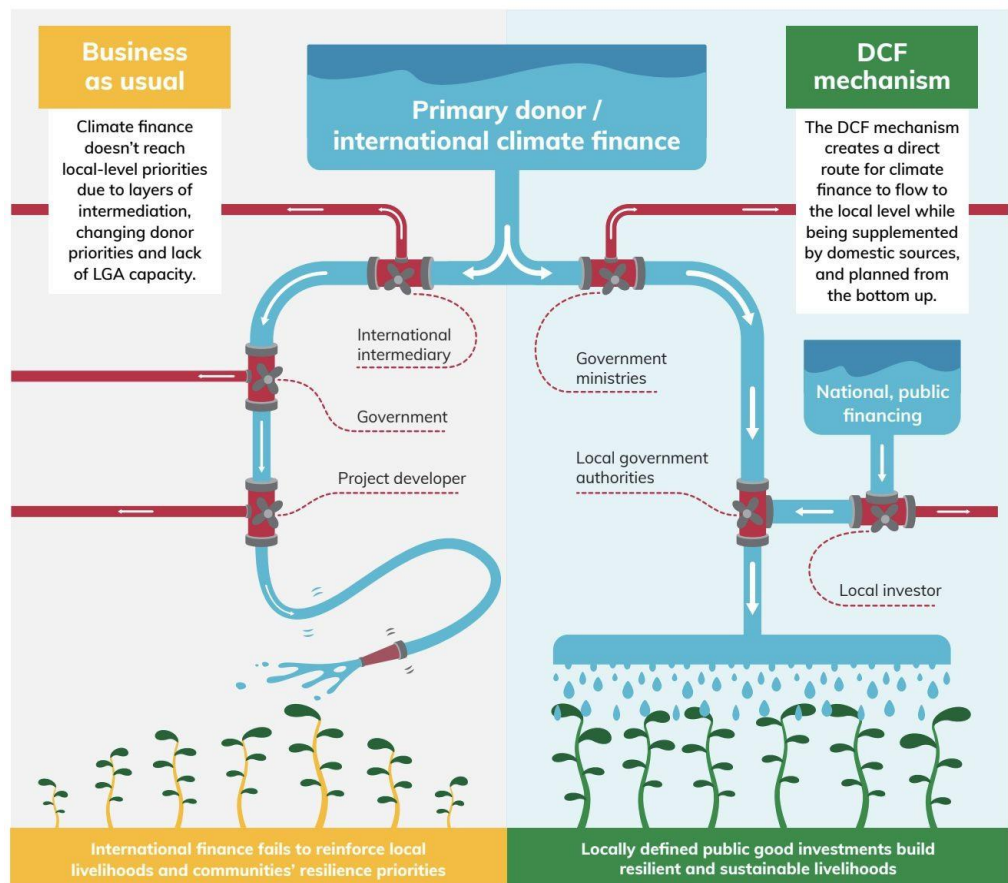


Objetivo de aprendizagem

O objetivo de aprendizagem desta sessão sobre o financiamento de ações subnacionais de adaptação climática é dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para compreender, planejar e implementar estratégias de financiamento eficazes para iniciativas subnacionais de adaptação climática. No final da sessão, os participantes terão uma melhor compreensão de como navegar no complexo cenário do financiamento de ações subnacionais de adaptação climática



Justificação para o financiamento subnacional da adaptação



A justificação para o financiamento subnacional da adaptação climática reside no papel único e crucial que os governos locais e regionais desempenham na resposta aos impactos climáticos e no reforço da resiliência.

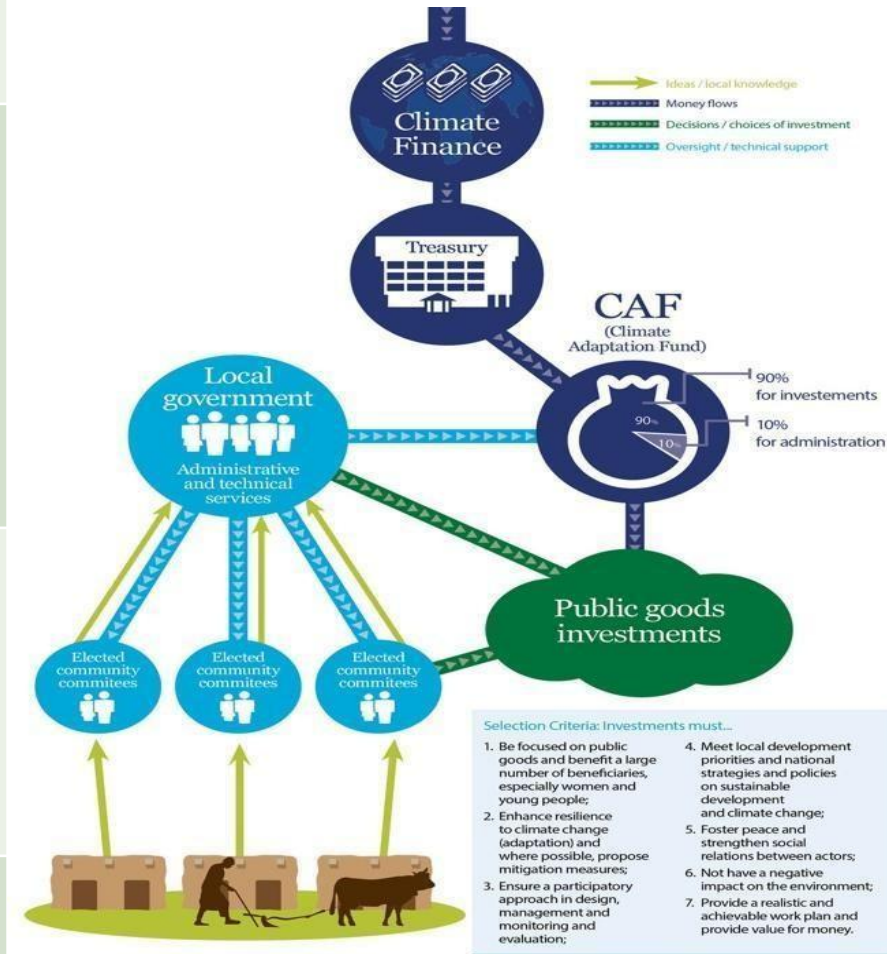
- ❖ Os impactos climáticos são frequentemente sentidos de forma mais aguda a nível local
- ❖ As entidades subnacionais estão mais bem posicionadas para compreender os impactes localizados
- ❖ O financiamento eficaz a nível subnacional é crucial para traduzir os planos nacionais de adaptação às mudanças climáticas em ações concretas no terreno.
- ❖ As estruturas de governação descentralizadas permitem processos de tomada de decisão mais flexíveis
- ❖ O financiamento subnacional da adaptação pode aumentar a eficácia e a relevância dos esforços de adaptação climáticas, garantindo que são específicos do contexto, inclusivos e respondem às necessidades locais

Obstáculos ao financiamento subnacional da adaptação

Tipos de barreiras	Descrição
Institucional	▪ Falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e entre os diferentes sectores, o que pode levar à fragmentação dos esforços e a ineficiências na atribuição de fundos. ▪ Políticas e quadros regulamentares inadequados podem dificultar o fluxo de fundos para os níveis subnacionais. ▪ As entidades subnacionais podem não ter a capacidade institucional para conceber, implementar e gerir projetos de adaptação
Técnica	▪ Uma adaptação efectiva requer dados e informações sólidos sobre os riscos e as vulnerabilidades climáticas, e os governos subnacionais carecem frequentemente de acesso a dados climáticos relevantes e fiáveis ▪ Pode haver uma escassez de conhecimentos técnicos necessários para conceber e aplicar medidas de adaptação
Financeiro	▪ Há uma escassez geral de fundos dedicados à adaptação em comparação com a atenuação. Os governos subnacionais têm frequentemente orçamentos limitados e podem dar prioridade às necessidades de desenvolvimento imediato em detrimento das estratégias de adaptação a longo prazo ▪ As entidades subnacionais podem ter dificuldade em aceder a fundos internacionais e nacionais para o clima devido a processos de candidatura complexos e critérios de elegibilidade rigorosos ▪ Muitos governos subnacionais, especialmente nos países em desenvolvimento, não têm a capacidade de crédito necessária para atrair investimento privado ou para garantir empréstimos para projectos de adaptação
Socioeconómico	▪ Pode haver baixos níveis de consciencialização e compreensão pública dos riscos climáticos e da importância da adaptação ▪ As medidas de adaptação têm de ser equitativas e inclusivas, respondendo às necessidades das populações vulneráveis ▪ Os governos subnacionais enfrentam frequentemente prioridades concorrentes, que podem ofuscar os benefícios a longo prazo das medidas de adaptação

Estudos de casos e aprendizagem com o financiamento descentralizado do clima (FDC)

Aprendizagem	Implicações na prática
Os fundos geridos pela comunidade para investimentos em bens públicos são valiosos em zonas com grande dependência de recursos partilhados ou comuns.	Enquanto as comunidades se concentram nos défices de desenvolvimento a curto prazo, os comités de nível superior devem considerar os riscos climáticos a longo prazo.
A transferência da responsabilidade pela tomada de decisões para os comités locais de planeamento da adaptação às mudanças climáticas alarga e melhora a participação na tomada de decisões e aumenta a compreensão dos desafios climáticos, estabelecendo uma ponte entre o conhecimento e a planificação da comunidade e os sistemas formais do governo local.	Foi desenvolvida a confiança entre os novos atores para tomar decisões com resultados positivos para homens e mulheres. É necessário mais trabalho para garantir que as perspetivas dos grupos marginalizados sejam tidas em conta. Isto inclui desafiar as normas sociais tradicionais e procurar assegurar que as pessoas de grupos marginalizados mantenham posições nos espaços de tomada de decisões.
Novos instrumentos e instituições descentralizadas reduzem o custo da planificação governamental, melhorando simultaneamente a responsabilização e a eficiência.	A integração de novas ferramentas e instituições pode reduzir os custos, mas a formação e os mecanismos de garantia de qualidade levam tempo a alterar as normas existentes. Trabalhar com instituições de formação no país pode ajudar a integrar novas competências nos programas de formação do governo e a desenvolver o conhecimento de novas abordagens no país.
O trabalho através de consórcios melhora a resolução de problemas e conflitos e cria relações intersectoriais.	Os consórcios levam tempo a criar confiança e a reduzir as hierarquias entre os diferentes atores. As reuniões regulares do consórcio, em que todos os parceiros podem partilhar perspetivas e responsabilidades na tomada de decisões, ajudam a enfrentar estes desafios. Necessidade de disponibilidade de financiamento flexível para apoiar uma série de parceiros governamentais e da sociedade civil.



Fonte: DCF Alliance, 2019

OBRIGADO(A)

